



ATA DE CORREIÇÃO ORDINÁRIA

1ª VARA DO TRABALHO DE RIBEIRÃO PRETO - 0004

[2001 a 2500 processos]

Entre os dias 27 e 31 do mês de março de 2017, o Excelentíssimo Senhor Desembargador do Trabalho **SAMUEL HUGO LIMA**, Corregedor Regional, em cumprimento ao inciso II do artigo 29 do Regimento Interno presidiu a Correição Ordinária na Unidade, conforme Edital CR nº 02/2017, divulgado em 02/02/2017 no DEJT (Edição 2161/2017 – Caderno do TRT da 15ª Região – página 287). Presentes a Juíza Substituta MILA MALUCELLI ARAUJO e a Juíza Substituta Fixa ANDREA MARIA PFRIMER FALCÃO. Com base nas informações prestadas pela Vara do Trabalho e nos dados dos sistemas processuais, apurou-se, no período correicionado, o seguinte:

Equipe de Correição:	Ayrton Rocha, Luís Cláudio da Silva, Suely Suzuki, Jacqueline Aparecida Campos Lopes e Norton Luiz Bechtluft
Jurisdição Atendida:	JARDINOPOLIS, RIBEIRAO PRETO, GUATAPARA
Lei de Criação:	2.695/55
Data de Instalação:	13/05/1957
Data de Instalação do PJE:	14/05/2014
Data da Última Correição:	05/04/2016
Acervo Físico/Acervo Total:	33 %
Acervo PJe/Acervo Total:	67 %



1 - TITULARIDADE:

(fonte: e-Correição Adm e Assessoria de Apoio aos Magistrados)

JUIZ TITULAR	TITULAR DESDE
RENATO HENRY SANT'ANNA	30/11/1998

Afastamentos:

PERÍODO	MOTIVO	SUBSTITUTO
01/04/2016 a 12/04/2016	Convocação TRT -	SEM SUBSTITUTO
13/04/2016 a 13/04/2016	Convocação TRT -	SEM SUBSTITUTO
14/04/2016 a 18/04/2016	Convocação TRT -	SEM SUBSTITUTO
19/04/2016 a 15/05/2016	Convocação TRT -	SEM SUBSTITUTO
16/05/2016 a 14/06/2016	FERIAS	SEM SUBSTITUTO
15/06/2016 a 29/06/2016	Convocação TRT -	SEM SUBSTITUTO
01/07/2016 a 14/07/2016	Convocação TRT -	SEM SUBSTITUTO
15/07/2016 a 31/07/2016	Convocação TRT -	SEM SUBSTITUTO
01/08/2016 a 02/08/2016	Convocação TRT -	SEM SUBSTITUTO
03/08/2016 a 04/08/2016	COMPENSACAO	SEM SUBSTITUTO
09/08/2016 a 09/08/2016	PLANTAO JUDICIARIO	SEM SUBSTITUTO
10/08/2016 a 10/08/2016	FERIAS	SEM SUBSTITUTO
15/08/2016 a 15/08/2016	COMPENSACAO DIA	SEM SUBSTITUTO
17/08/2016 a 28/08/2016	Convocação TRT -	SEM SUBSTITUTO
30/08/2016 a 31/08/2016	Convocação TRT -	SEM SUBSTITUTO
16/09/2016 a 25/09/2016	Convocação TRT -	SEM SUBSTITUTO
27/09/2016 a 27/09/2016	Convocação TRT -	SEM SUBSTITUTO
28/09/2016 a 28/09/2016	Convocação TRT -	SEM SUBSTITUTO
29/09/2016 a 28/10/2016	Convocação TRT -	SEM SUBSTITUTO
03/11/2016 a 02/12/2016	FERIAS	SEM SUBSTITUTO
05/12/2016 a 08/12/2016	Convocação TRT -	SEM SUBSTITUTO
09/12/2016 a 21/03/2017	Convocação TRT -	SEM SUBSTITUTO



2 - JUIZES AUXILIARES [01/04/2016 a 15/03/2017]:

(fonte: e-Correição Adm e Assessoria de Apoio aos Magistrados)

NOME	PERÍODO
ANDRE LUIZ MENEZES AZEVEDO SETTE	13/04/2016 a 01/05/2016
ANDRE LUIZ MENEZES AZEVEDO SETTE	03/05/2016 a 15/05/2016

Afastamentos: Não houve

NOME	PERÍODO
ANDREA MARIA PFRIMER FALCAO	07/01/2016 a 19/12/2016
ANDREA MARIA PFRIMER FALCAO	07/01/2017 a 21/03/2017

Afastamentos:

PERÍODO	MOTIVO	SUBSTITUTO
12/06/2016 a 10/08/2016	LICENCA P/TRATAMENTO	SEM SUBSTITUTO
15/06/2016 a 14/07/2016	FERIAS	SEM SUBSTITUTO
25/09/2016 a 25/09/2016	DIA TRAB PLANTAO	SEM SUBSTITUTO
23/10/2016 a 23/10/2016	DIA TRAB PLANTAO	SEM SUBSTITUTO
18/11/2016 a 17/12/2016	FERIAS	SEM SUBSTITUTO
06/12/2016 a 17/12/2016	SUSPENSAO DE FÉRIAS	SEM SUBSTITUTO
06/12/2016 a 03/02/2017	LICENCA P/TRATAMENTO	SEM SUBSTITUTO
06/12/2016 a 03/02/2017	LICENCA P/TRATAMENTO	SEM SUBSTITUTO
04/02/2017 a 15/02/2017	FERIAS	SEM SUBSTITUTO

NOME	PERÍODO
DIOGO GUERRA	29/03/2016 a 05/04/2016
DIOGO GUERRA	09/04/2016 a 12/04/2016

Afastamentos: Não houve

NOME	PERÍODO
JOSE RODRIGUES DA SILVA NETO	06/04/2016 a 08/04/2016

Afastamentos: Não houve



2 - JUIZES AUXILIARES [01/04/2016 a 15/03/2017]:

(fonte: e-Correição Adm e Assessoria de Apoio aos Magistrados)

NOME	PERÍODO
LETICIA HELENA JUIZ DE SOUZA	26/09/2016 a 26/09/2016

Afastamentos: Não houve

NOME	PERÍODO
MILA MALUCELLI ARAUJO	07/01/2017 a 07/02/2017
MILA MALUCELLI ARAUJO	08/02/2017 a 12/03/2017

Afastamentos: Não houve

NOME	PERÍODO
PAULA RODRIGUES DE ARAUJO LENZA	13/05/2016 a 15/05/2016
PAULA RODRIGUES DE ARAUJO LENZA	30/06/2016 a 30/06/2016
PAULA RODRIGUES DE ARAUJO LENZA	05/08/2016 a 08/08/2016
PAULA RODRIGUES DE ARAUJO LENZA	11/08/2016 a 14/08/2016
PAULA RODRIGUES DE ARAUJO LENZA	16/08/2016 a 16/08/2016
PAULA RODRIGUES DE ARAUJO LENZA	29/08/2016 a 29/08/2016
PAULA RODRIGUES DE ARAUJO LENZA	01/09/2016 a 15/09/2016

Afastamentos: Não houve



3 - INFORMAÇÕES FUNCIONAIS

3.1 - Lotação [31/01/2017]:

(fonte: e-Correição Adm e Coordenadoria de Provisamento e Vacância)

NOME	CARGO	FUNÇÃO COMISSIONADA	EXERCÍCIO NA LOTAÇÃO
CARMEN SILVIA CHIARETTI	AJA	FC-05 ASSISTENTE DE DIRETOR DE SECRETARIA	24/06/1996
CLAUDIA VALERIA LEMES	TJA	CJ-03 DIRETOR DE SECRETARIA DE VT	06/06/1997
EDILAINE DOS SANTOS	TJA	FC-02 ASSISTENTE	11/05/2005
GUILHERME PARISI PAZETO	TJA	FC-02 ASSISTENTE	08/09/2010
HERBERT OLIVEIRA MARTINS	TJA	FC-04 SECRETARIO DE AUDIENCIA	13/11/1998
JOSE LUIS FAVARO	AJJ	FC-05 ASSISTENTE DE JUIZ	07/01/1999
JOSE RODRIGUES	TJA	FC-02 ASSISTENTE	06/02/1990
LAIS VIEIRA CARDOSO	AJJ	FC-05 ASSISTENTE DE JUIZ	31/05/2010
LUCIANA ELISABETH BECO NEVES	TJA	FC-02 ASSISTENTE	22/04/2014
LUIZ FERNANDO GOMES MARINO	REQ	FC-01 EXECUTANTE	03/11/2003
MARCOS ALEXANDRE DEL MORO	TJA	FC-04 CALCULISTA	24/05/1993
SONIA MARIA BELLOMI	AJJ	-	01/06/2004
TOTAL DE SERVIDORES DO QUADRO			11
TOTAL DE SERVIDORES EXTRA-QUADRO			1
LOTAÇÃO DE ACORDO COM A RESOLUÇÃO Nº 63 DO CSJT			15-16



3 - INFORMAÇÕES FUNCIONAIS

3.2 - Ausências, exceto férias [04/2016 a 01/2017]:

(fonte: e-Correição Adm e Coordenadoria de Provimento e Vacância)

MOTIVO	DIAS
COMPENSAÇÃO DE DIAS TRABALHADOS EM PLANTÃO JUDICIÁRIO	13
COMPENSAÇÃO DE DIAS TRABALHADOS EM RECESSO	1
LICENÇA LUTO	8
LICENÇA PARA TRATAMENTO DA PRÓPRIA SAÚDE	20
LICENÇA PARA TRATAMENTO DA PRÓPRIA SAÚDE APÓS 720 DIAS	1
PARTICIPAÇÃO EM CURSO MINISTRADO PELO TRT	7
TOTAL	50



3 - INFORMAÇÕES FUNCIONAIS

3.3 - Estagiários [31/01/2017]:

(fonte: e-Correição Adm e Área de Controle de Estágio e Voluntariado)

NOME	ÓRGÃO CONVENIADO	INÍCIO DO ESTÁGIO
PATRICIA DE LIMA MEDICO	CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA ESCOLA	16/09/2015



3 - INFORMAÇÕES FUNCIONAIS

3.4 - Ações de capacitação [31/01/2017]:

(fonte: e-Correição Adm e Escola Judicial)

JUIZES	HORAS
RENATO HENRY SANT'ANNA	66

SERVIDORES	HORAS
CARMEN SILVIA CHIARETTI	20
CLAUDIA VALERIA LEMES	15
GUILHERME PARISI PAZETO	100
LAIS VIEIRA CARDOSO	150
LUCIANA ELISABETH BECO NEVES	115
LUIZ FERNANDO GOMES MARINO	40



4 - QUADRO SINTÉTICO - FASES PROCESSUAIS [04/2016 a 01/2017]:

(fonte: e-Gestão)

FASE	SITUAÇÃO	QTDE	MÉD. GRP	MÉD. FRM
CONHECIMENTO	Aguardando primeira audiência	1.648	1.336	1.498
	Aguardando encerramento da instrução	704	860	1.020
	Aguardando prolação de sentença	81	105	110
	Aguardando cumprimento de acordo	428	367	426
	Solucionados pendentes de finalização na fase	4.552	4.065	4.682
	Pendentes de finalização		4.570	4.191
LIQUIDAÇÃO	Pendentes de homologação dos cálculos	517	531	645
	Liquidados pendentes de finalização na fase	585	509	924
	Pendentes de finalização	766	850	1.184
EXECUÇÃO	Pendente de extinção da execução	1.563	1.461	1.539
	Encerrados pendentes de finalização na fase	879	604	733
	Pendentes de finalização	2.063	1.593	1.942
ARQUIVO	Saldo de processos no arquivo provisório Liquidação	0	1	0
	Saldo de processos no arquivo provisório Execução	420	85	322
TOTAL		7.819	6.720	8.234



5 - INCIDENTES PROCESSUAIS [04/2016 a 01/2017]:

(fonte: e-Gestão)

TIPO	NOVOS	RESOLVIDOS	PENDENTES
Embargos de declaração	226	196	122
Exceções de Incompetência	10	5	15
Antecipações de Tutela	371	350	42
Impugnações à Sentença de Liquidação	35	11	68
Embargos à Execução	83	47	89
Embargos à Arrematação	2	0	5
Embargos à Adjudicação	1	0	1
Exceções de Pré-Executividade	14	7	10
TOTAIS	742	616	352



6 - RECURSOS [04/2016 a 01/2017]:

(fonte: e-Gestão)

TIPO	NOVOS	COM JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE	SEM JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE
Recurso Ordinário	632	586	222
Recurso Adesivo	36	29	11
Agravo de petição	51	37	27
Agravo de Instrumento	10	4	6
TOTAIS	729	656	266



7 - PRAZOS MÉDIOS [04/2016 a 01/2017]:

(fonte: e-Gestão)

7.1 - Conhecimento:

	QTDE	DIAS	DIAS GRP	DIAS FRM
Do ajuizamento da ação até o encerramento da instrução - Rito Sumaríssimo	426	189	199	207
Do ajuizamento da ação até o encerramento da instrução - Exceto Rito Sumaríssimo	1.184	361	349	374
Total / Média	1.610	316	311	333

Do ajuizamento da ação até a prolação de sentença - Rito Sumaríssimo	412	185	202	209
Do ajuizamento da ação até a prolação de sentença - Exceto Rito Sumaríssimo	1.096	363	351	373
Total / Média	1.508	314	312	331

Da conclusão até a prolação da sentença na fase de conhecimento - Rito Sumaríssimo	190	8	24	24
Da conclusão até a prolação da sentença na fase de conhecimento - Exceto Rito Sumaríssimo	694	20	36	32
Total / Média	884	17	33	30

7.2 - Fase de liquidação:

	QTDE	DIAS	DIAS GRP	DIAS FRM
Do início ao encerramento da liquidação - Rito Sumaríssimo	31	188	253	256
Do início ao encerramento da liquidação - Exceto Rito Sumaríssimo	253	197	266	274
Total / Média	284	196	264	271

*Do início da liquidação até a homologação dos cálculos

7.3 - Fase de execução:

	QTDE	DIAS	DIAS GRP	DIAS FRM
Do início ao encerramento da execução - ente privado	515	1.765	1.947	2.080
Do início ao encerramento da execução - ente público	88	886	1.226	1.105
Total / Média	603	1.636	1.870	1.973

*Do início até a extinção da execução

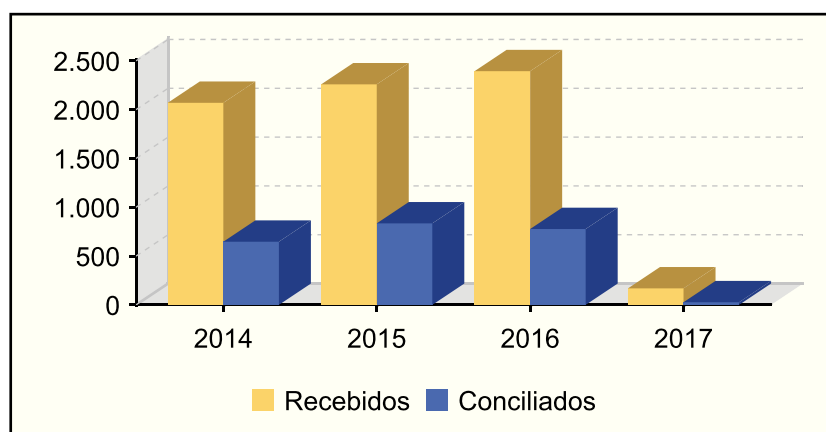


8 - MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL/PRODUTIVIDADE DA UNIDADE:

(fonte: e-Gestão)

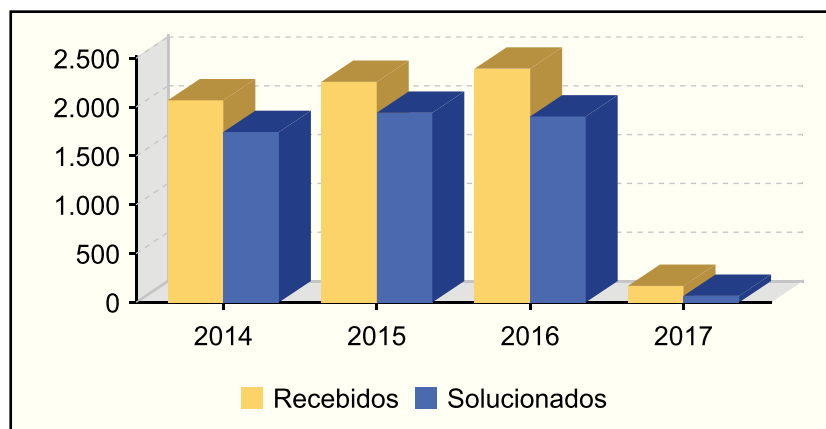
8.1 - Índice de conciliações [até 01/2017]:

ANO	RECEBIDOS	CONCILIADOS	%
2014	2.070	647	31,26
2015	2.259	835	36,96
2016	2.394	777	32,46
2017	169	27	15,98



8.2 - Índice de soluções [até 01/2017]:

ANO	RECEBIDOS	SOLUCIONADOS	%
2014	2.070	1.745	84,30
2015	2.259	1.942	85,97
2016	2.394	1.904	79,53
2017	169	67	39,64



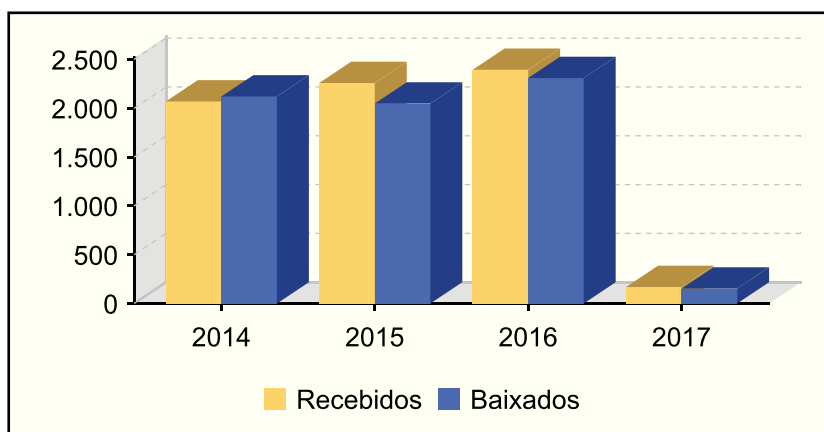


8 - MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL/PRODUTIVIDADE DA UNIDADE:

(fonte: e-Gestão)

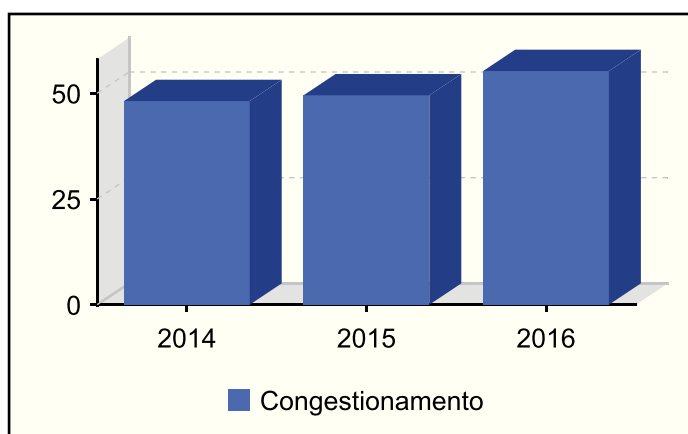
8.3 - Índice de baixas [até 01/2017]:

ANO	RECEBIDOS	BAIXADOS	%
2014	2.070	2.121	102,46
2015	2.259	2.048	90,66
2016	2.394	2.310	96,49
2017	169	153	90,53



8.4 - Índice de congestionamento até a sentença:

ANO	ACERVO	NOVOS	SOLUCIONADOS	%
2014	1.297	2.070	1.745	48,17
2015	1.589	2.259	1.942	49,53
2016	1.864	2.394	1.904	55,28

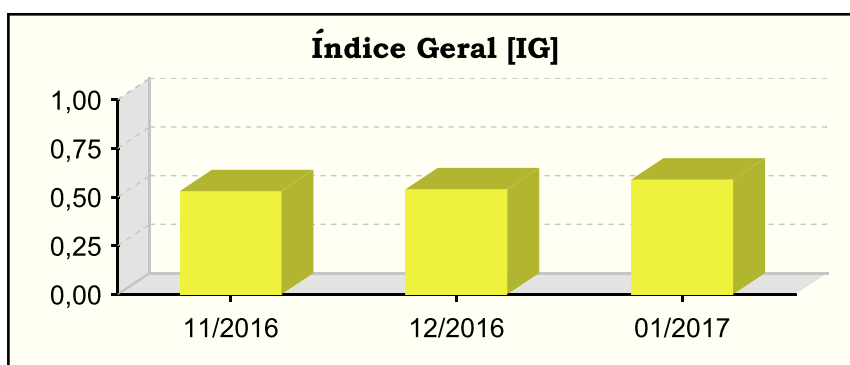
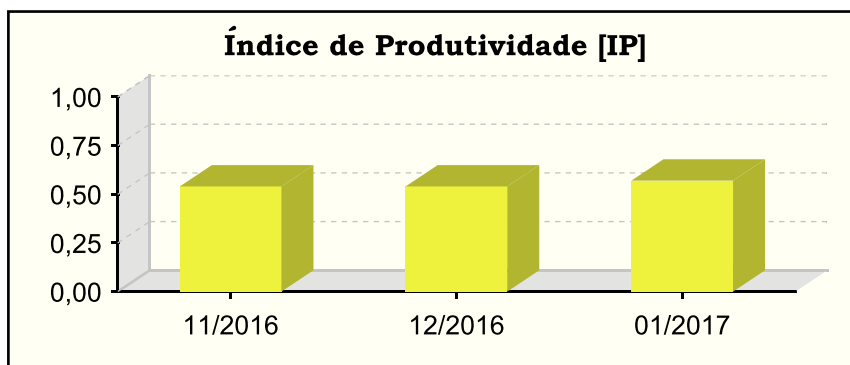
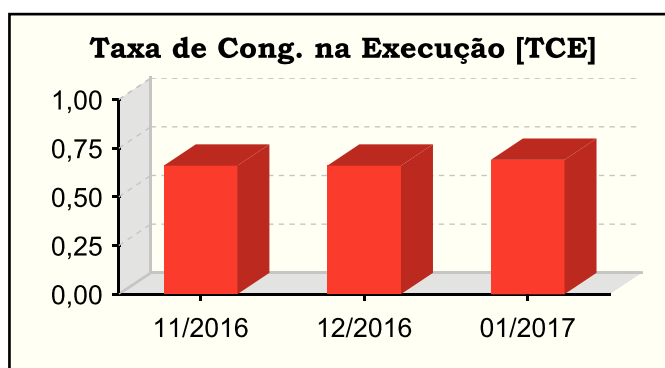
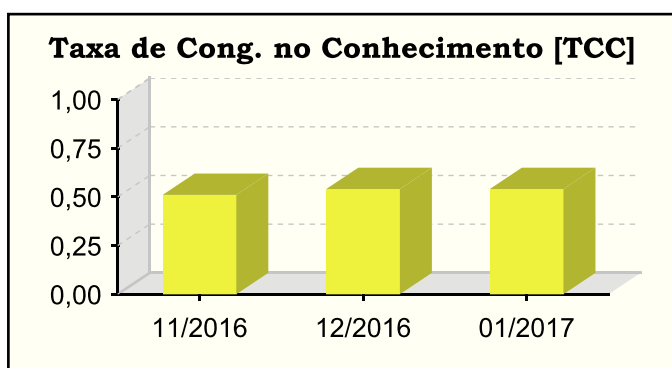




9 - MAPEAMENTO GLOBAL DE DESEMPENHO - MGD:

(fonte: e-SInCor MGD)

DATA MGD	TCC	TCE	IP	IG
11/2016	0,51	0,66	0,54	0,53
12/2016	0,54	0,66	0,54	0,54
01/2017	0,54	0,69	0,57	0,59





10.1 - AFERIÇÃO DE RESULTADOS - SOLUCIONADOS [02/2016 a 01/2017]:

(fonte: e-Gestão e Relatório de Aferição de Resultados)

Processos - Informações Individuais	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Processos solucionados - com exame de mérito (conciliações) [A]	785	65,4	39,6
Processos solucionados - com exame de mérito (exceto conciliações) [B]	817	68,1	41,2
Processos solucionados - com exame de mérito [A + B]	1.602	133,5	80,8
Processos solucionados - sem exame de mérito	283	23,6	14,3
Incidentes Processuais Resolvidos	742	61,8	37,4
Dias-Juiz	595	49,6	---

*Aferição de Resultado Individual Aproximado

Processos - Informações do Grupo	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Processos solucionados - com exame de mérito (conciliações) [A]	40.898	69,6	42,9
Processos solucionados - com exame de mérito (exceto conciliações) [B]	47.881	81,4	50,2
Processos solucionados - com exame de mérito [A + B]	88.779	151,0	93,1
Processos solucionados - sem exame de mérito	18.776	31,9	19,7
Incidentes Processuais Resolvidos	34.680	59,0	36,4
Dias-Juiz	28.605	48,6	---

*Aferição de Resultado Individual Aproximado

Processos - Informações do TRT15	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Processos solucionados - com exame de mérito (conciliações) [A]	127.892	69,7	45,6
Processos solucionados - com exame de mérito (exceto conciliações) [B]	136.919	74,6	48,9
Processos solucionados - com exame de mérito [A + B]	264.811	144,2	94,5
Processos solucionados - sem exame de mérito	50.547	27,5	18,0
Incidentes Processuais Resolvidos	95.893	52,2	34,2
Dias-Juiz	84.065	45,8	---

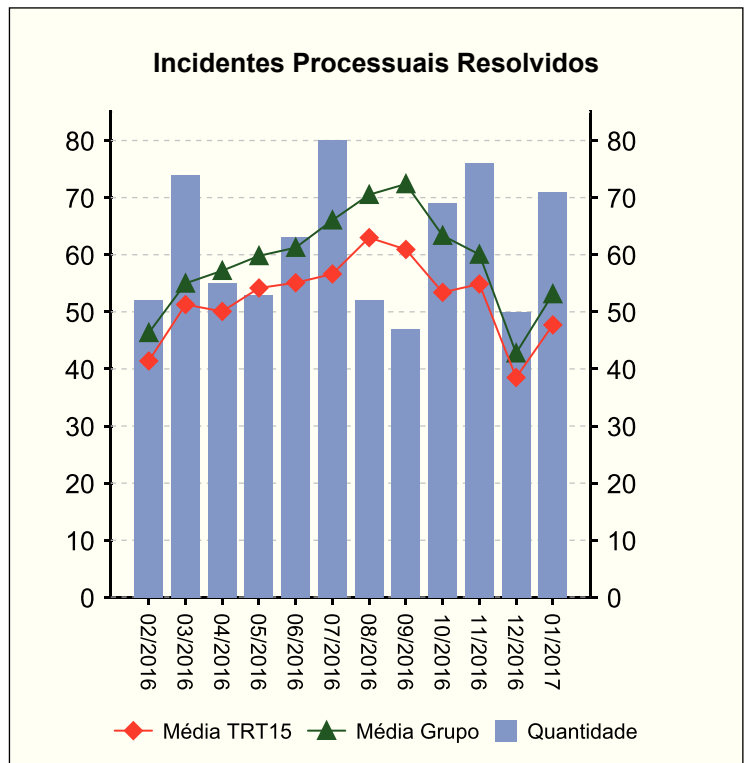
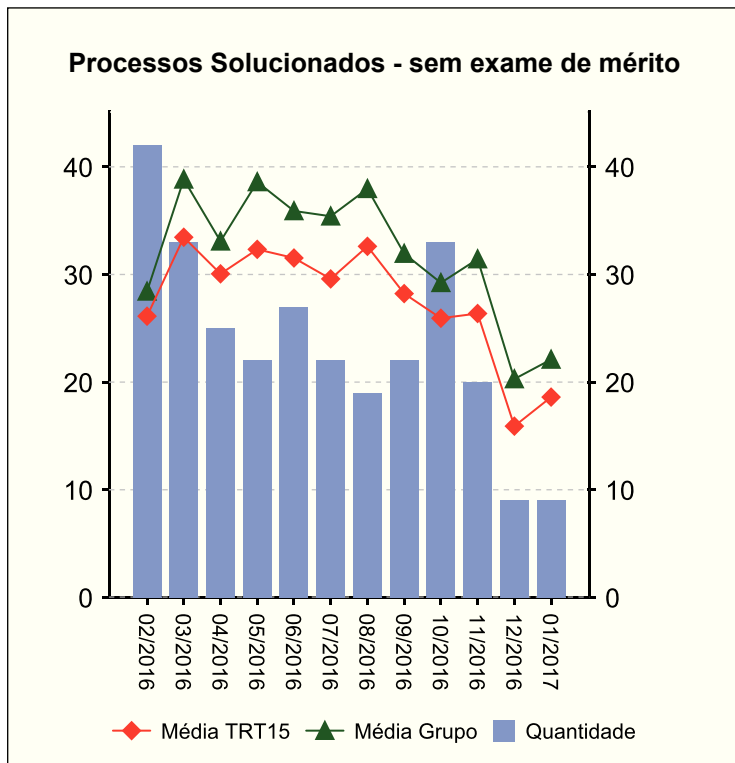
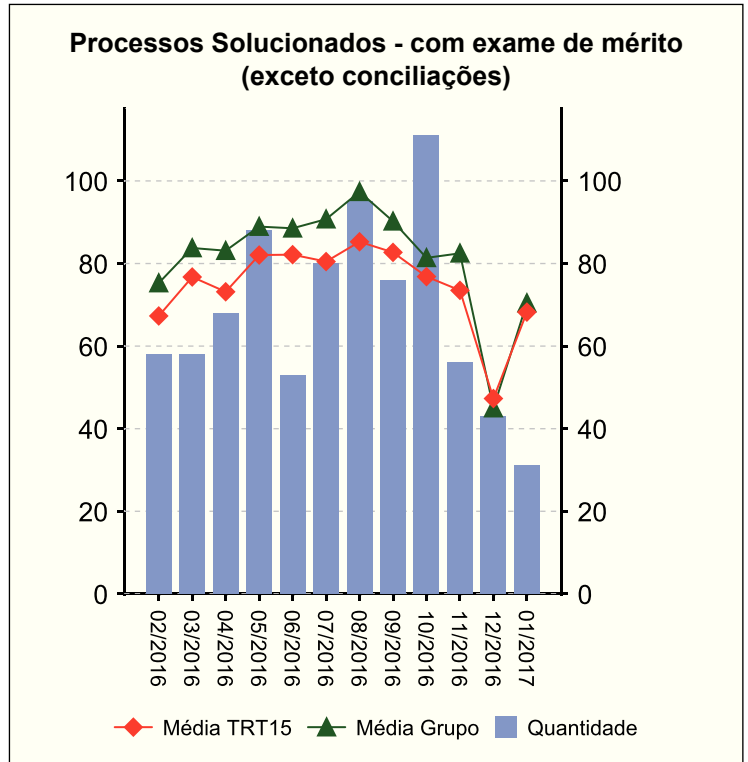
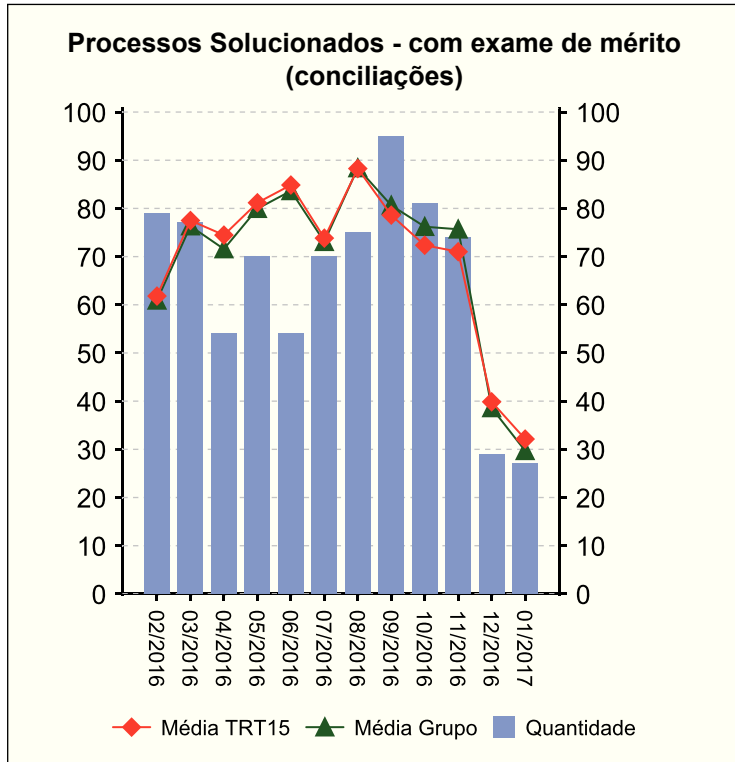
*Aferição de Resultado Individual Aproximado



10.1 - AFERIÇÃO DE RESULTADOS - SOLUCIONADOS [02/2016 a 01/2017]:

(fonte: e-Gestão e Relatório de Aferição de Resultados)

Resumo - Processos





10.2 - AFERIÇÃO DE RESULTADOS - AUDIÊNCIAS

[02/2016 a 01/2017]:

(fonte: e-Gestão e Relatório de Aferição de Resultados)

Audiências - Informações Individuais	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Sessões de audiência realizadas - inicial	658	54,8	33,2
Sessões de audiência realizadas - instrução	402	33,5	20,3
Sessões de audiência realizadas - una	1.337	111,4	67,4
Sessões de audiência realizadas - conciliação na fase de conhecimento	199	16,6	10,0
Sessões de audiência realizadas - conciliação na fase de execução	185	15,4	9,3
Sessões de audiência realizadas - una + instrução	1.739	144,9	87,7
Sessões de audiência realizadas - conciliação conhecimento + execução	384	32,0	19,4
Dias-Juiz	595	49,6	---

*Aferição de Resultado Individual Aproximado

Audiências - Informações do Grupo	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Sessões de audiência realizadas - inicial	42.055	71,5	44,1
Sessões de audiência realizadas - instrução	30.044	51,1	31,5
Sessões de audiência realizadas - una	53.109	92,2	55,7
Sessões de audiência realizadas - conciliação na fase de conhecimento	9.644	16,4	10,1
Sessões de audiência realizadas - conciliação na fase de execução	9.824	16,7	10,3
Sessões de audiência realizadas - una + instrução	83.153	141,4	87,2
Sessões de audiência realizadas - conciliação conhecimento + execução	19.468	33,1	20,4
Dias-Juiz	28.605	48,6	---

*Aferição de Resultado Individual Aproximado

Audiências - Informações do TRT15	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Sessões de audiência realizadas - inicial	124.374	73,5	44,4
Sessões de audiência realizadas - instrução	89.510	48,8	31,9
Sessões de audiência realizadas - una	154.037	84,5	55,0
Sessões de audiência realizadas - conciliação na fase de conhecimento	29.569	16,1	10,6
Sessões de audiência realizadas - conciliação na fase de execução	30.829	16,8	11,0
Sessões de audiência realizadas - una + instrução	243.547	132,7	86,9
Sessões de audiência realizadas - conciliação conhecimento + execução	60.398	32,9	21,6
Dias-Juiz	84.065	45,8	---

*Aferição de Resultado Individual Aproximado

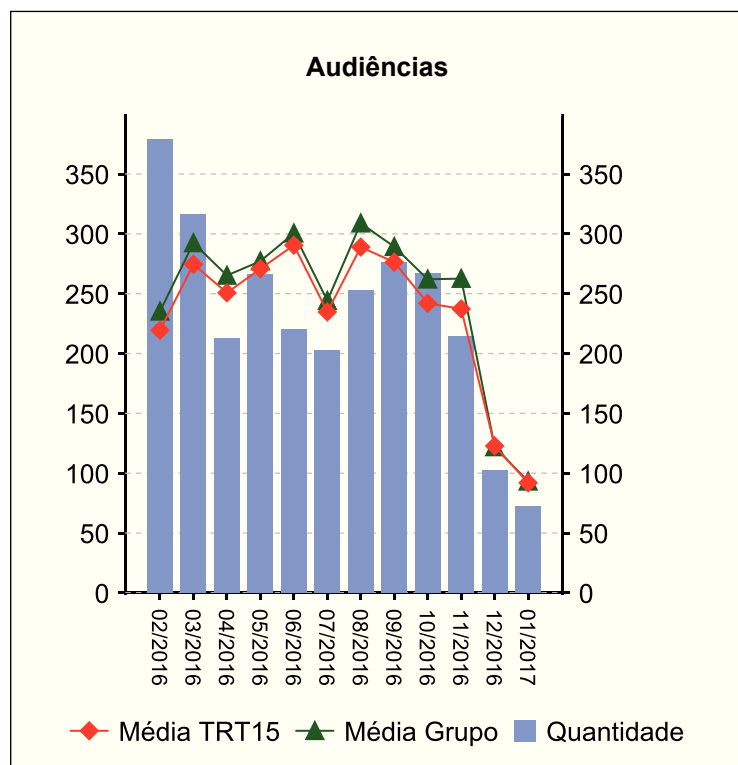


10.2 - AFERIÇÃO DE RESULTADOS - AUDIÊNCIAS

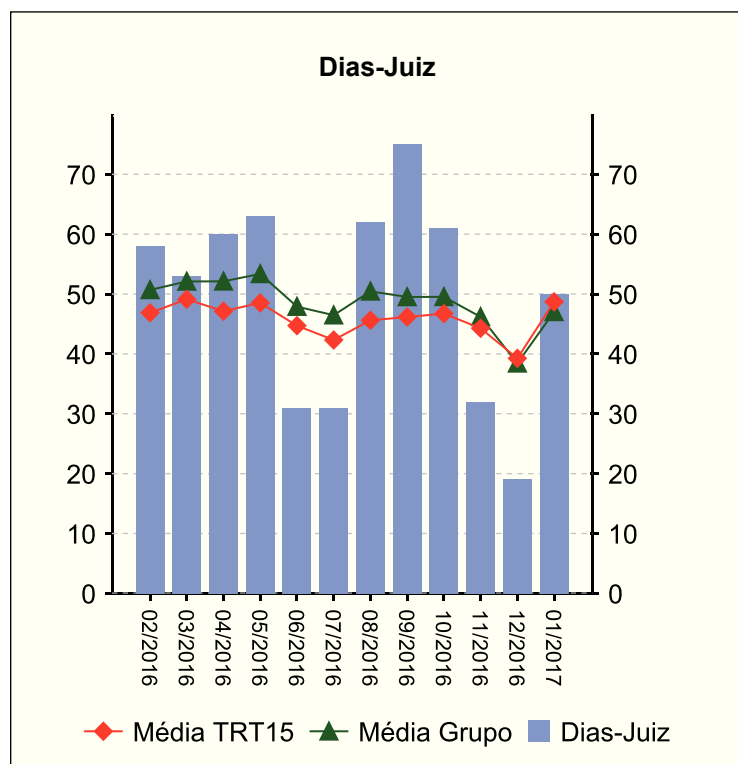
[02/2016 a 01/2017]:

(fonte: e-Gestão e Relatório de Aferição de Resultados)

Resumo - Audiências



Audiências	Conciliação Conhec.	Conciliação Exec.	Inicial	Instrução	UNA	Total
02/2016	55	13	149	23	139	379
03/2016	59	35	41	28	153	316
04/2016	31	18	16	46	102	213
05/2016	33	16	33	50	134	266
06/2016	6	6	46	33	129	220
07/2016	1	12	52	36	102	203
08/2016	1	1	60	49	142	253
09/2016	2	18	94	47	115	276
10/2016	7	10	80	36	134	267
11/2016	3	39	47	31	94	214
12/2016	0	16	25	10	51	102
01/2017	1	1	15	13	42	72
Total	199	185	658	402	1337	2781



Dias-Juíz	
Mês/Ano	Qtd
02/2016	58
03/2016	53
04/2016	60
05/2016	63
06/2016	31
07/2016	31
08/2016	62
09/2016	75
10/2016	61
11/2016	32
12/2016	19
01/2017	50
Média Mensal	49,6



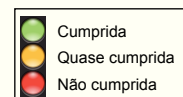
11 - METAS NACIONAIS [01/2016 a 12/2016]:

(fonte: e-Gestão e Relatório de Acompanhamento de Metas)

Meta 1 [CNJ] - Julgar mais processos que os distribuídos

Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano

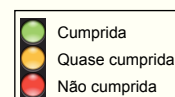
Casos Novos	Solucionados	Pendentes de Solução	Média Mensal de Casos Novos	Média Mensal de Processos de Solucionados	Grau de Cumprimento
2394	1904	490	200	159	80 %



Meta 2 [CNJ] - Julgar processos mais antigos

Identificar e julgar, até 31/12/2016, pelo menos, 90% dos processos distribuídos até 31/12/2014

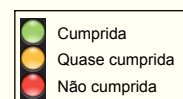
Processos distribuídos até 31/12/2014	Meta	Solucionados	Pendentes de Solução	Média Mensal de Processos Solucionados (Total)	Média Mensal de Processos Solucionados (Meta 2)	Taxa de soluções Meta 2 x Total*	Grau de Cumprimento
2070	1863	2033	0	159	56	36 %	100 %



Meta 5 [CNJ] - Impulsionar processos à execução

Baixar em 2016 quantidade maior de processos de execução do que o total de casos novos de execução no ano corrente

Execuções Iniciadas	Execuções Baixadas	Execuções Pendentes	Média Mensal de Execuções Iniciadas	Média Mensal de Execuções Baixadas	Grau de Cumprimento
517	992	0	43	83	100 %





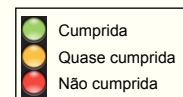
11 - METAS NACIONAIS [01/2016 a 12/2016]:

(fonte: e-Gestão e Relatório de Acompanhamento de Metas)

Meta 6 [CNJ] - Priorizar o julgamento das ações coletivas

Identificar e julgar, até 31/12/2016, as ações coletivas distribuídas até 31/12/2013

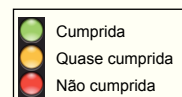
Processos pendentes em 31/12/2013	Processos solucionados a partir de 01/01/2014	Pendentes de Solução (Calculado)	Pendentes de Solução (e-Gestão)	Grau de Cumprimento
11	10	1	0	100 %



Meta 5 [JT] - Tempo médio de Duração do Processo - Conhecimento

Reduzir em 2% o prazo médio em relação ao ano base 2014 [TMDP1c]

Prazo Médio em 2014	Prazo Médio em 2016	Meta	Grau de Cumprimento
242	299	237	74 %





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL



12 - ARRECADAÇÃO [04/2016 a 01/2017]:

(fonte: e-Gestão)

CUSTAS	IMPOSTO DE RENDA	EMOLUMENTOS	CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA
R\$ 78.269,85	R\$ 1.578,14	R\$ 0,00	R\$ 119.320,80



13 – ANÁLISE DO QUADRO DE PESSOAL:

Processos Recebidos (Média Trienal dos anos 2014, 2015, 2016)	Faixa Processual (Res. CSJT 63/2010)	Ideal (Res. 63/2010 CSJT (exceto OJA))	Lotação atual (exceto OJA)	Ideal Port. GP 24/2016 (exceto OJA)
2.241	2.001 a 2.500	16	13	13

A Resolução nº 63/2010 do CSJT instituiu a padronização da estrutura organizacional e de pessoal dos órgãos da Justiça do Trabalho de primeiro e segundo graus. Considerando o histórico deficit de pessoal que atinge todas as unidades do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região e, visando a adequação da lotação, a Presidência instituiu através da Portaria GP nº 24/2016, redutor na proporção de 16% sobre o ideal fixado para todas as Varas do Trabalho do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região, até que sobrevenha aprovação de lei de criação de cargos.

Com base no exposto, o número atual de servidores lotados na Vara do Trabalho está dentro dos parâmetros previstos na referida Portaria.

14 – ACERVO DA UNIDADE:

14.1 – PROCESSOS SEM TRAMITAÇÃO:

(fontes: informação da Unidade e pesquisa pela Corregedoria)

	PJe*		SAP
Data de corte:	08/02/2017	Data de corte:	08/02/2017
Saldo:	1.273	Saldo:	1.227
Data do mais antigo	05/07/2016	Data do mais antigo	23/02/2015
		Total:	2.401

14.2 – INFORMAÇÕES SOBRE O MAPEAMENTO GLOBAL DE DESEMPENHO – MGD:

O mapeamento global de desempenho (MGD) criado pela Corregedoria Regional e regulamentado pela Portaria CR nº 17/2014 é um leitor de cenários que disponibiliza aos



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL



gestores o índice de desempenho da atividade judiciária pela média comparativa de resultados, considerando a força de trabalho. No último relatório disponibilizado é possível verificar os índices da Unidade, destacando seu Índice Geral de 0,59.

Como indicado no item anterior, foi constatada a existência de saldo de processos sem tramitação há mais de 30 dias.

A Unidade encaminhou Plano de ação adaptado ao *template* utilizado pela Corregedoria, com base no método 5W2H e desenvolvimento por meio da análise do ciclo PDCA, visando melhoria na prestação jurisdicional.

Extraí-se do referido plano que a Unidade levará 321,42 horas para tramitar todo o passivo do PJE. Em relação ao SAP, a Unidade levará 518,33 horas para finalizar o passivo.

15 – ITENS DE EXAME E REGISTRO OBRIGATÓRIO (Artigo 26 da Consolidação dos Provimentos da CGJT):

Com base nas informações prestadas, registra-se que o Juízo:

15.1 – pronuncia-se explicitamente acerca da admissibilidade dos recursos ordinários e agravos de petição interpostos, não se limitando a proferir despachos nos quais haja apenas referência às locuções “Processe-se o recurso, na forma da lei” ou “Admito o recurso, na forma da lei”, a exemplo dos processos nº 0010665-02.2015.5.15.0004; 0010965-61.2015.5.15.0004 e 0010891-07.2015.5.15.0004;

15.2 – faz uso dos sistemas BACENJUD (e em consulta em 16/03/2017, verificou-se a existência de 636 protocolos nos últimos 12 meses, não havendo pendências) e INFOJUD (a exemplo dos processos nº 0001285-23.2013.5.15.0004, 0000962-18.2013.5.15.0004 e 0001326-87.2013.5.15.0004);

15.3 – ordena, imediatamente após a liquidação da sentença em que se apure crédito de valor inequivocamente superior ao do depósito recursal, a pronta liberação deste em favor do credor, de ofício ou a seu requerimento, a exemplo dos processos nº 0001359-77.2013.5.15.0004 e 0010825-61.2014.5.15.0004;

15.4 – não determina a citação do(s) sócio(s) quando da desconsideração da personalidade jurídica da empresa executada, assinalando-lhe(s) o prazo de 48 horas para que indique(m) bens da sociedade (artigo 795 do CPC) ou, não os havendo, garanta(m) a execução, sob pena de penhora, porém a Unidade adota o procedimento de incidente de



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL



desconsideração de personalidade jurídica, nos termos do artigo 133 a 137 do CPC;

15.5 – há audiências designadas em quatro dias da semana, segundo consulta ao PJ-e no período de 14/03/2017 a 14/05/2017;

15.6 – inclui na pauta de audiências de conciliação os processos na fase de execução – foram realizadas 185 no período de 02/2016 a 01/2017;

15.7 – exaure suas iniciativas objetivando tornar exitosa a execução mediante a utilização do BACENJUD, INFOJUD, RENAJUD e a aplicação subsidiária dos arts. 772 a 777 do CPC. Quanto ao SIMBA – Sistema de Investigação de Movimentações Bancárias, verificou-se ausência de cadastro dos Magistrados.

Quanto aos demais aspectos (assiduidade dos Magistrados; principais prazos da vara do trabalho; eventuais inconsistências de lançamentos no sistema, mormente liquidação de sentença, quitação, oposição de embargos, e data de conclusão ao MM. Juiz para sentença e incidentes; além do número de processos aguardando sentença na fase de conhecimento e incidentais à fase de instrução), há registros nos itens 1, 2, 4, 5, 7 e 10 e eventuais especificidades encontram-se destacadas nas determinações ou orientações desta Ata.

16 – PRODUTIVIDADE DA VARA:

16.1 – PROCESSOS SOLUCIONADOS:

A Unidade apresenta índice de 0,68 nos processos pendentes de solução no último relatório do MGD. Esse saldo é composto da soma daqueles que aguardam a primeira sessão de audiência, dos que aguardam o encerramento da instrução processual e dos que aguardam a prolação da sentença. Trata-se de variável cuja aferição é feita mediante a divisão do valor apurado na Unidade pelo maior coeficiente dessa variável no grupo em que se insere. Comparada assim à unidade do grupo com maior quantidade de processos pendentes de solução, a 1ª Vara do Trabalho de Ribeirão Preto apresenta 68% do maior saldo de processos pendentes.

Conforme item 10.1 da presente Ata, a Unidade contou com média de 49,6 dias-juiz nos últimos doze meses, superior à média do grupo (48,6).



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL



Também se observa que, proporcionalmente a essa disponibilidade de magistrados, a Unidade alcançou média mensal de processos solucionados por meio de conciliações (39,6) inferior à média de referido grupo (42,9). Excetuando-se as conciliações, a média de processos solucionados com exame de mérito, também foi inferior (41,2) em comparação ao grupo (50,2), considerando-se a média proporcional a um magistrado presente ao longo de cada mês.

Registre-se, ainda, que a Meta 1 (julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano) e a Meta 5 da JT (reduzir em 2% o prazo médio em relação ao ano base 2014) não foram cumpridas, atingindo índices de 80% e 74%, respectivamente (item 11 da Ata).

Por tais resultados, recomenda-se que a unidade envie esforços para solucionar uma quantidade maior de processos visando a redução do prazo médio do ajuizamento da ação até a prolação da sentença.

17 – AUDIÊNCIAS

Em consulta ao PJ-e realizada em 16/03/2017, às 14h, foi verificado que há audiências agendadas com regularidade até:

TIPO	DESIGNADAS COM REGULARIDADE ATÉ	QUANTIDADE AGUARDANDO DESIGNAÇÃO	PRAZO DO AJUIZAMENTO ATÉ A PRIMEIRA AUDIÊNCIA (EM DIAS *)
INICIAIS	22/06/2017	0	96
UNAS	02/08/2018	0	505
INSTRUÇÕES	03/09/2018	2	530
CONCILIAÇÃO / MEDIAÇÃO (**)	-	-	-

(*) aproximadamente.

(**) não há pauta fixa.

Observação: A pauta de audiências da Unidade não é automatizada. Foi informado pela Unidade que os processos que envolvam Órgão Público são excluídos de pauta em atenção à Recomendação GP-CR nº 01/2014. Foi informado, também, que os processos cuja instrução dependa de prova pericial são incluídos em pauta.



**17.1 – Composição das pautas
(fonte: Vara do Trabalho)**

17.1.1 – JUIZ TITULAR/JUIZ SUBSTITUTO

DIA	PERÍODO	UNA	INICIAL	INSTRUÇÃO	CONCILIAÇÃO	MEDIAÇÃO	TOTAL
segunda	manhã						
	tarde	7	3	1			11
terça	manhã						
	tarde	5		4			9
quarta	manhã						
	tarde	7	3	1			11
quinta	manhã						
	tarde						
sexta	manhã						
	tarde						

17.1.2 – JUIZ AUXILIAR FIXO

DIA	PERÍODO	UNA	INICIAL	INSTRUÇÃO	CONCILIAÇÃO	MEDIAÇÃO	TOTAL
segunda	manhã						
	tarde	5		4			9
terça	manhã						
	tarde	7	3	1			11
quarta	manhã						
	tarde						
quinta	manhã						
	tarde	7	3	1			11
sexta	manhã						
	tarde						

17.1.3 – MEDIDAS EFETIVAS DE INCENTIVO À MEDIAÇÃO:

O gestor informou serem adotadas na Unidade medidas de incentivo à mediação, apontando que são realizadas audiências de mediação pela Coordenadoria de Gestão Compartilhada de Ribeirão Preto (CGC) uma ou duas vezes ao mês. A sessão é composta,



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL



em média, por 10 processos, selecionados dentre aqueles que estão em fase de liquidação e execução, em sua maioria. Além disso, afirmou que, havendo pedido das partes, também são incluídos processos em fase de conhecimento. Foi informado, ademais, que há uma servidora capacitada pela Escola Judicial como mediadora.

Frisa-se a importância desse meio de solução consensual de conflitos, que, estatisticamente, consiste em instrumento de auxílio e desafogamento do Judiciário, bem como de pacificação social, solução e prevenção de litígios.

17.1.4 – ANÁLISE:

Observando o gráfico no Item 10.2, verifica-se que a Unidade, com dados apurados até 31/01/2017, tem produtividade de audiências unas e de instrução (87,7 – RARIA) superior à média mensal do grupo (87,2 – RARIA), bem como com a média do TRT (86,9), de acordo com os atuais critérios adotados.

Considerando haver audiências de instrução até 03/09/2018 e o fato de não ter sido atingida a Meta 5 da JT para reduzir em 2% o prazo médio de duração do processo, determina-se que o Juízo apresente, no prazo de 15 dias, plano de ação com o propósito de incrementar a pauta de audiências, assim como implementar as boas práticas abaixo descritas, já utilizada em outras unidades deste tribunal com objetivo de otimizar as pautas e conferir maior celeridade à tramitação dos feitos.

Quanto às boas práticas, além das medidas já divulgadas, destaca-se o projeto “Mediação/UNA”, adotado na Vara do Trabalho de São Sebastião. A prática consiste em designar audiência de mediação ou una, esclarecendo não ser necessário o comparecimento de testemunhas, mas já predefinindo os efeitos da ausência da parte (arquivamento ou revelia). Busca-se a solução consensual, entretanto, caso não seja obtida, designa-se audiência de instrução, se o caso. E a “Mediação/INI”, em processos com pedido de perícia, implementada pela Vara do Trabalho de Itapira, para a qual a ré deve apresentar a defesa, com os efeitos da ausência da parte (arquivamento ou revelia) e, se infrutífero o acordo, as partes saem cientes da designação de perícia.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

TRT 30
DA 15ª REGIÃO ANOS
— 1986 - 2016 —

18 – HASTA PÚBLICA – SISTEMA EXE15

Consultado o sistema informatizado EXE15, verificou-se que a Unidade enviou bens ou processos às hastas unificadas da Circunscrição ao longo do ano de 2016 e também às hastas designadas para 2017. No entanto, em pesquisa por amostragem, verificou-se a retirada de bens ou processos sob justificativa de quitação do débito, indicando lançamentos incorretos no sistema.

19 – RECOMENDAÇÕES:

19.1 – viabilizar a melhor forma de citação eletrônica, conforme previsto no inciso V do art.246 da Lei 13.105/2015 (Novo CPC), mediante contato com grandes empresas demandadas, e Municípios que consentirem com a utilização da medida;

19.2 – recomenda-se, com fundamento na Portaria GP-VPJ-CR nº 07/2012, que ao menos no PJe fique sob responsabilidade dos assistentes de juiz a confecção das minutas das sentenças, dos embargos e das tutelas antecipadas, sendo que a ordem judicial nelas contidas deve ser cumprida sem fracionamento de tarefas, de forma que o servidor que minutar o despacho ou a decisão dará imediato cumprimento à respectiva determinação, confeccionando eventuais expedientes subsequentes, inclusive os atos de comunicação que se fizerem necessário.

20 – DETERMINAÇÕES:

20.1 – encaminhar cópias de sentenças que reconheçam a conduta culposa do empregador em acidente de trabalho para pfing.regressivas@agu.gov.br e regressivas@tst.jus.br, nos termos do Ofício Circular TST.GP nº 615/2012, de 18.5.2012, e da Recomendação Conjunta GP-CGJT 2/2011, assim como cópia de decisão nos casos de reconhecimento de agente insalubre após prova pericial (sentenças.dsst@mte.gov.br e insalubridade@tst.jus.br), de acordo com Ofício Circular TST.GP nº 670/2013 e Recomendação Conjunta 3GP.CGJT de 2013;

20.2 – observar os Comunicados GP-CR nº 04/2010 e 10/2011, que tratam da



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL



necessidade de se dar preferência à instrução e julgamento das ações civis públicas e civis coletivas;

20.3 – diligenciar pelo devido cadastro dos Requisitórios de Pequeno Valor, no sistema de acompanhamento de 1º Grau, no campo “Estatística – Cadastro de Valores”, quando da requisição e do pagamento;

20.4 – priorizar a redução dos prazos médios nos processos em tramitação na Unidade, se existentes condições mínimas de lotação;

20.5 – envidar esforços para alcançar as Metas do CNJ e Justiça do Trabalho, especialmente considerando que, conforme registro no item 11 desta Ata não foram integralmente cumpridas as de nº 1 do CNJ e nº 5 da JT;

20.6 – observar os requisitos e condições para exercício do teletrabalho, dispostos na Resolução CSJT nº 151/2015, especialmente: art. 5º, IV (atribuir o teletrabalho a servidor que tenha demonstrado comprometimento com as tarefas recebidas e habilidades de autogerenciamento do tempo e de organização); art. 5º, V (promover sempre que possível o revezamento de servidores autorizados a realizar o teletrabalho, para que possam ter acesso a essa modalidade de trabalho); art. 8º (servidores em regime de teletrabalho devem apresentar um incremento na produtividade, a ser determinado e aferido pelo titular da Unidade, nunca inferior a 15%); art. 10 (a chefia imediata gerenciará a rotina de trabalho dos servidores autorizados a realizar o teletrabalho, bem como manterá registro com a indicação dos trabalhos a serem desenvolvidos, o quantitativo total de tarefas distribuídas e o período máximo para conclusão dos trabalhos);

20.7 – tramitar os processos com efetividade, o que pressupõe suas análises e realização de todos os atos que os impulsionem para o próximo ato, independentemente, de procedimentos internos, nos termos do artigo 2º, III e VI da Portaria GP-VPJ-CR nº 07/2012, mesmo nos processos físicos. Observar ainda que a ordem judicial deve ser cumprida sem fracionamento de tarefas, de forma que o servidor que minutar o despacho ou a decisão dará imediato cumprimento à determinação, confeccionando eventuais expedientes subsequentes, inclusive os atos de comunicação que se fizerem necessários;

20.8 – observar os normativos: Provimento GP-CR nº 07/2014 (CEAT) e Comunicado CR nº 09/2016 (obrigatoriedade de manifestação em Pedidos de Providência diretamente no PROAD);

20.9 – intensificar a realização de audiências nos processos da fase de execução, independentemente de requerimento das partes, selecionando-se aqueles com maior



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL



possibilidade de êxito na composição;

20.10 – observar os termos das Portarias CR nº 07/2013 e 03/2014, que tratam da padronização dos setores destinos das ocorrências do SAP1G e a Portaria GP-VPJ-CR nº 07/2012, que trata da padronização das subcaixas no PJe;

20.11 – tramitar nos processos a ocorrência “PAN” ou encaminhá-los para a tarefa “minutar sentença”, conforme Portaria GP-CR Nº 89/2015, após encerrada a instrução processual, independentemente da designação de audiência de julgamento;

20.12 – utilizar regularmente as ferramentas SERASA e SIMBA, exaurindo as iniciativas do juízo com objetivo de tornar exitosa a execução dos feitos;

20.13 – proceder a regular habilitação do GIE para a utilização do convênio INFOSEG, se necessário for;

20.14 – cumprir integralmente o Item IV, Ordem de Serviço nº 03/2015, que determina: “IV – As diligências que demandem a presença de Leiloeiro, caso das remoções, serão agendadas com antecedência mínima de 48 horas, à exceção daquelas consideradas de extrema urgência por despacho exarado pelo juízo responsável pela execução”;

20.15 – observar que após a inclusão do bem em hasta, na hipótese de acordo ou remição no processo, o leiloeiro fará jus ao recebimento de comissão, conforme estabelecido no § 3º, artigo 25 do Provimento GP-CR Nº 03/2014, de 22 de setembro de 2014 e no item III da Ordem de Serviço CR nº 03/2015, e o registro do acordo/remição deve ser registrado no Sistema Exe15 como tal, e não como excluído de hasta, contrário do registrado no processo 0000277-79.2011.5.15.0004.

21 – PROCESSOS ANALISADOS:

Foram analisados, por amostragem, processos da Unidade, dentre os quais ensejam determinações os abaixo relacionados:

ORDEM	PROCESSO	SITUAÇÃO	DETERMINAÇÃO
1	0010330-12.2017.5.15.0004	Tarefa aguardando audiência	Não há audiência designada para o referido processo. Determina-se a correção do fluxo processual.
2	0011746-54.2016.5.15.0067	Tarefa cumprimento de providências,	O prazo concedido para razões finais está vencido e processo está apto para julgamento. Há outros processos na mesma situação.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL



		subcaixa razões finais	Determina-se a certificação do vencimento do prazo e a tramitação imediata do processo, encaminhando-o ao Magistrado vinculado para prolatar sentença, conforme Portaria GP-CR Nº 89/2015, inclusive para os casos semelhantes.
3	0000561-82.2014.5.15.0004	Ocorrência PZO - prazo pagamento de honorários periciais	O processo está na ocorrência PZO – prazo pagamento de honorários periciais desde 02/2017, com acordo cumprido. Entretanto, o processo está pendente na variável 66 – processos aguardando cumprimento de acordo. Determina-se o saneamento dos dados, devendo a Unidade atentar-se para o Comunicado GP – CR nº 08/2014.
4	0001671-24.2011.5.15.0004	Ocorrência RCT - recebido pela contadoria	O processo está na ocorrência RCT – recebido pela contadoria desde 01/2017, com execução já em curso. Entretanto o feito está pendente na variável 342 – processos pendentes de finalização – fase de conhecimento. Determina-se o saneamento da inconsistência.
5	0000592-05.2014.5.15.0004	Ocorrência RMJ – remetido os autos a outro Juízo	O processo está na ocorrência RMJ – remetido os autos a outro Juízo desde 11/09/2014. Entretanto o feito está pendente na variável 342 – processos pendentes de finalização – fase de conhecimento. Determina-se o saneamento da inconsistência.
6	0000518-48.2014.5.15.0004	Ocorrência ROS – remetido do oficial à Secretaria	O processo está na ocorrência ROS – remetido do oficial à Secretaria desde 18/12/2015, pendente na variável 342 – processos pendentes de finalização – fase de conhecimento. Há outros 03 processos na mesma situação. A existência de processos nas tarefas intermediárias indica a ausência de tramitação efetiva, nos termos do art. 2, IV, da Portaria GP-VPJ-CR nº 07/2012. Determina-se a conclusão do feito e o prosseguimento, inclusive para os casos semelhantes.
7	0012000-22.2016.5.15.0004	tarefa aguardando cumprimento de providências	O processo está com a instrução encerrada desde 11/2016. Há outros processos na mesma situação. Tramitar imediatamente o processo, encaminhando-o ao Magistrado vinculado para prolatar sentença, conforme Portaria GP-CR Nº 89/2015.
8	0010801-96.2015.5.15.0004	tarefa intimações automáticas com pendências – conversão em diligência	O processo está pendente na tarefa desde 06/02/2017. A existência de processos nas tarefas intermediárias indica a ausência de tramitação efetiva, nos termos do art. 2, IV, da Portaria GP-VPJ-CR nº 07/2012. Determina-se o prosseguimento ao feito.
9	0010605-29.2015.5.15.0004	minutar despacho	O processo está pendente na tarefa desde 10/2016. A existência de processos nas tarefas intermediárias indica a ausência de tramitação efetiva, nos termos do art. 2, IV, da Portaria GP-VPJ-CR nº 07/2012. Determina-se o prosseguimento ao feito.
10	0011450-61.2015.5.15.0004	tarefa prazos	O processo está pendente na tarefa desde



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL



		vencidos	11/2016. A existência de processos nas tarefas intermediárias indica a ausência de tramitação efetiva, nos termos do art. 2, IV, da Portaria GP-VPJ-CR nº 07/2012. Determina-se o prosseguimento ao feito.
11	0010479-13.2014.5.15.0004	recebimento de instância superior	O processo está pendente na tarefa desde 12/2016. A existência de processos nas tarefas intermediárias indica a ausência de tramitação efetiva, nos termos do art. 2, IV, da Portaria GP-VPJ-CR nº 07/2012. Determina-se o prosseguimento ao feito.
12	0010778-87.2014.5.15.0004	tarefa iniciar liquidação	O processo está pendente na tarefa desde 30/09/2016. A existência de processos nas tarefas intermediárias indica a ausência de tramitação efetiva, nos termos do art. 2, IV, da Portaria GP-VPJ-CR nº 07/2012. Determina-se o prosseguimento ao feito.
13	0011240-90.2015.5.15.0004	tarefa prazos vencidos	O processo está pendente na tarefa desde 09/2016. A existência de processos nas tarefas intermediárias indica a ausência de tramitação efetiva, nos termos do art. 2, IV, da Portaria GP-VPJ-CR nº 07/2012. Determina-se o prosseguimento ao feito.
14	0001536-61.1998.5.15.0004	RES – autos restaurados	O processo está na ocorrência RES – autos restaurados desde 21/06/2013 e pendente na variável 346 – processos pendentes de finalização – fase de liquidação. O processo derivado (0001171-84.2013.5.15.0004) foi arquivado desde 14/08/2014. Determina-se o saneamento da inconsistência
15	0000775-16.2008.5.15.0004	PZO – prazo reclamante para manifestação sobre documentos	O processo está na ocorrência PZO – prazo reclamante para manifestação sobre documentos desde 24/09/2015. Entretanto, o processo está pendente na variável 346 – processos pendentes de finalização – fase de liquidação. Determina-se a conclusão dos autos e prosseguimento do feito como entender de direito.
16	0011150-36.2014.5.15.0011	tarefa iniciar execução	O processo está na tarefa desde 09/2016. A existência de processos nas tarefas intermediárias indica a ausência de tramitação efetiva, nos termos do art. 2, IV, da Portaria GP-VPJ-CR nº 07/2012. Há outros processos na mesma situação. Determina-se o prosseguimento ao feito, inclusive os demais.
17	0067600-48.2004.5.15.0004	Ocorrência CPD – CP executória recebida	O processo está na ocorrência CPD – CP executória recebida desde 01/2017, com execução encerrada por providências esgotadas desde 28/10/2013. A existência de processos nas tarefas intermediárias indica a ausência de tramitação efetiva, nos termos do art. 2, IV, da Portaria GP-VPJ-CR nº 07/2012. Determina-se o saneamento da inconsistência.
18	0000800-86.2014.5.15.0004	Ocorrência PZO – Prazo reclamante	Em 09/2015 foi homologado acordo no processo. Entretanto, há petição de recurso



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL



		para manifestação sobre documentos	ordinário ainda não solucionado no sistema. Determina-se o saneamento da inconsistência. Há outros processos em situação semelhante.
19	0000542-76.2014.5.15.0004	Ocorrência PJE - Migrado ao processamento eletrônico	A antecipação de tutela foi julgada em 09/2014 e não registrada, para fins de e-Gestão. Determina-se o saneamento da inconsistência.
20	0079800-14.2009.5.15.0004	Ocorrência PJE - Migrado ao processamento eletrônico	O processo está na ocorrência PJE - Migrado ao processamento eletrônico desde 08/2016. Há petição de embargos à execução juntada em 11/2015 sem registro de solução. Há outro processo na mesma situação. Determina-se o saneamento da inconsistência.
21	0000732-10.2012.5.5.0004	Ocorrência PJE - Migrado ao processamento eletrônico	O processo está na ocorrência PJE - Migrado ao processamento eletrônico desde 11/2015. Há petição de impugnação à sentença de liquidação juntada em 11/2015 sem registro de solução. Determina-se o saneamento da inconsistência.

22 – CONSTATAÇÕES:

Após a exposição dos principais índices da Unidade a toda a equipe, foi realizada reunião com todos os seus servidores, seguida de reunião com o trio gerencial e, por fim, com os Diretores e Assistentes das unidades do Fórum, para orientações, quanto a otimização dos respectivos fluxos de trabalho.

a) Toda a Unidade

Constata-se que são realizadas pautas automáticas, de segunda a quinta, sem inclusão de processos com matéria de direito. Quanto aos processos com perícia, constata-se a adoção recente do controle de perícias e, assim, ainda não colheram os efeitos dela. A Unidade agenda a perícia com a confirmação do *expert*, há comunicação direta dele com as partes, e já saem cientes da data da audiência de instrução. Registre-se que os peritos têm amplo acesso ao agendamento, bastando a consulta em painel próprio, conforme consta do Manual do Perito no sítio do CSJT (https://pje.csjt.jus.br/manual/index.php/Manual_Perito). No mais, a fim de tornar aferível a real situação da pauta de instruções, a Unidade deverá, doravante, designar audiência de instrução no mesmo ato em que determinar a perícia.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL



Verifica-se que a notificação por meio eletrônico não é prática adotada. Constatase que, por documento apresentado pela Unidade, a maior demandada Hospital das Clínicas foi convidada, em fevereiro último, a aceitar a prática, mas não houve manifestação sua. Registra-se que os oficiais de justiça podem contribuir para estimular a prática e obtido êxito, fica determinado que os endereços eletrônicos sejam compartilhados com as unidades, para que sejam elas a realizar, sobretudo, a notificação das iniciais. No aspecto, ainda, constatase que as reclamadas localizadas em *shopping centers* são todas notificadas por oficial de justiça e a prática poderia beneficiá-las bastante. De qualquer modo, informam que as notificações encaminhadas por oficiais de justiça guardam índice de 5% apenas.

Constata-se que a Unidade tem plano de ação apresentado e foi verificado que não tem obtido êxito em o cumprir, razão pela qual foi orientada a extrair relatório com nova data de corte.

Verifica-se o menor prazo médio de liquidação do fórum, o qual é justificado pelo desempenho dos servidores que compõe a fase. Inicialmente, é feita triagem: cálculos simples ensejam determinação de apresentação pelas partes, enquanto cálculos complexos têm nomeação de perícia contábil.

No tocante à fase de execução, a Corregedoria insiste na prática de reuniões constantes, a fim de alinhamento dos procedimentos na fase.

O Grupo Interno de Execução (GIE) questiona a razão de impossibilitar a anexação de arquivo “Rascunho/Anotações”, com o inteiro teor da Declaração de Operações Imobiliárias (DOI), pelo Oficial de Justiça, que já realizou com êxito a consulta do convênio ARISP. Esclarece que, às vezes, para redirecionar ou para dar prosseguimento à execução, faz-se necessária a repetição da pesquisa ARISP pelo GIE, porque o conteúdo da informação circunstanciada prestada pelo Oficial de Justiça, no citado anexo, é insuficiente. Diante de tal indagação, a Corregedoria esclarece que o sistema EXE15 e, portanto, seu anexo “rascunho” não guardam a mesma segurança e inviolabilidade do sistema, por exemplo, da Secretaria de Receita Federal. Assim, nada obstante o caráter, aliás, meramente informativo do anexo, com o objetivo de ser um meio de comunicação entre os oficiais de justiça e o GIE, não se recomenda a anexação de toda a informação contida na DOI e, sim, que o GIE, na hipótese, acesse, da mesma forma o convênio ARISP ou qualquer outro.

No tocante à reserva de numerário, constatase que há dúvida quanto a como deve



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL



ser o procedimento da unidade que recebe o pedido, quando esse numerário não é suficiente. Registra-se que a visibilidade no EXE15 visa, sobretudo, que não haja pedido, quando há evidência de insuficiência de numerário. Contudo, para a efetividade do sistema, é necessário que seja alimentado corretamente e regularmente.

Verifica-se, ainda, que quando é aventada matéria de direito, em embargos à execução, a redação da minuta cabe ao assistente de juiz.

b) Trio Gerencial

Na reunião com o trio gerencial, a Corregedoria reitera que as informações colhidas na DOI, após consulta ARISP, não sejam anexadas no “rascunho”, tendo em vista o sigilo do conteúdo da DOI e, lado outro, que a inviolabilidade do EXE15 não alcança aquela da Receita Federal.

A Corregedoria também esclarece que no tocante à solicitação de reserva de numerário, as Unidades solicitante e solicitada devem atentar-se à correta e necessária habilitação de devedores, certificação no EXE15 e atualização dos valores reservados. Assim, realizada a consulta e analisada a possibilidade de ter seu crédito satisfeito, a unidade solicitante expede o ofício para reserva de numerário, enquanto a unidade solicitada, também, pode devolver o ofício, noticiando a insuficiência do crédito para satisfação da reserva solicitada.

Com o trio gerencial, ainda, são entregues relatórios com as inconsistências identificadas para o devido saneamento, bem como, as ocorrências que merecem maior atenção para tramitação e prosseguimento.

Ao trio gerencial foi apresentada a modelagem de gestão de processos que implica: a separação do fluxo em três (03) fases; cada fase organizada em células, nas quais são mapeadas as tarefas pertinentes, com base nas contagens do e- Gestão e nos normativos da Corregedoria; utilização do método concentrado; e detecção dos fatos críticos de sucesso (identificação da melhor forma de realizar a tarefa). Feito isso, a Unidade deverá anexar o processômetro a cada 60 dias em seu correspondente PROAD, considerando que seu passivo é superior à metade de média trienal de processos recebidos.


c) Diretores e assistentes do Fórum e da CGC

A Corregedoria encerra a reunião com os gestores dos Fórum e da CGC, abordando os seguintes temas:



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL



- Razões finais (movimento 51 – PAN) e a Portaria GP/CR nº 89/2015;
- Rastreabilidade de notificações, com mais de seis (06) meses. No sítio dos Correios, na parte superior, à direita, selecione “Fale com os Correios” e, no assunto, “Fale Conosco”, localize e clique “Registro via internet” e preencha os campos da seguinte forma:
 - ✓ **“Você deseja registrar um(a):”** Reclamação;
 - ✓ **“Atendimento:”** Objeto postado com origem e destino nacional;
 - ✓ **Selecionar o item: “ Declaro ter lido e aceito o Termo de uso do Fale com os Correios”;**
 - ✓ e **“Código do Registro”**: preencher o com o número do registrado postal.
- Extração de relatórios do e- Gestão pelo trio gerencial de cada Unidade e pelo orientador de cada fase;
- Audiências do tipo Mediação/UNA e Mediação/INI, conforme apontado no item 17.1.4.;
- Realização de reuniões periódicas dos gestores do Fórum;
- Ferramenta do PJE de “estourar os balões”;
- Ferramenta de captura (“tesourinha” a ) e;
- Os vídeos de “Dicas da Corregedoria”;
- Reserva de numerário, sobre o qual se esclareceu o seguinte:
 - ✓ Unidades solicitante e solicitada devem atentar-se à correta e necessária habilitação de devedores, certificação no EXE15 e atualização dos valores reservados. Assim, realizada a consulta e analisada a possibilidade de ter seu crédito satisfeito, a unidade solicitante expede o ofício para reserva de numerário, enquanto a unidade solicitada, também, pode devolver o ofício, noticiando a insuficiência do crédito para satisfação da reserva solicitada.

23 – VISITAS E ATENDIMENTOS:

Compareceu o Vice-Presidente da 12ª Subseção de Ribeirão Preto da Ordem dos Advogados do Brasil Fábio Esteves de Carvalho e formalizou o documento PR 133/2017 (que ficará anexo ao PROAD das unidades do Fórum e da CGC), apontando causas que



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL



entende tem comprometido a razoável duração do processo, sendo elas:

- “1 – Audiências designadas para mais de um ano após a distribuição da ação;*
- 2- Déficit no 'Delta' das Varas, conforme resposta aos ofícios enviados a cada secretaria da Justiça do Trabalho e respostas em anexo;*
- 3- entrega de guias de retirada exclusivamente aos patronos em obediência a nova orientação do Tribunal;”*

Além disso, informou que a OAB colocará quinze (15) estagiários de Direito à disposição das unidades do Fórum.

Compareceu o advogado Paulo Temporini, OAB/SP nº 91.112, representando advogados militantes da região, em síntese, com os seguintes requerimentos (Protocolo 002852/2017 que ficará anexo ao PROAD das unidades do Fórum e da CGC):

- contratação ou remanejamento de servidores para as unidades do Fórum;
- implantação de outras duas novas unidades no Fórum, juízes auxiliares fixos para todas as Unidades do Fórum, pauta dobrada, antecipação de audiências designadas para além de três meses após a distribuição ou para instrução;
- liberação de guias de retirada e alvará, exclusivamente, aos patronos constituídos nos autos;
- designação de audiência junto à Presidência e à Corregedoria, se, em face de dificuldade de atendimento dos requerimentos acima.

Compareceram os advogados Camila Amin Marão, Elisa Baracchini Cury e Manuela Tortul Pereira, OAB/SP nº 275.735.

24 – OBSERVAÇÕES GERAIS:

24.1 – O Juiz Titular reside na jurisdição.

24.2 – A Juíza Substituta e a Juíza Substituta Auxiliar Fixa residem na sede da circunscrição.

24.3 – Foi informado pela Sra. Diretora de Secretaria que o edital de correição foi afixado no átrio do Fórum e publicado em jornal local e que foram expedidos ofícios às OAB da jurisdição.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL



24.4 – Sem prejuízo de prazos específicos fixados nesta Ata, determina-se a manifestação do(a) Diretor(a), pontualmente, sobre todas as determinações e recomendações, demonstrando a análise do inteiro teor da Ata e as medidas concretas eventualmente adotadas, no prazo de 30 (trinta) dias contados da publicação. Esclarece-se ainda que a manifestação deve ocorrer no PROAD, mediante funcionalidade “Fazer Pedido Complementar” no PP nº 228/2017.

25 – ENCERRAMENTO:

No dia 31 de março de 2017, às 13 horas, encerraram-se os trabalhos, e eu, Ayrton Rocha, Coordenador de Apoio ao Corregedor Regional, lavrei a presente ata que, depois de lida, vai assinada eletronicamente pelo Excelentíssimo Desembargador Corregedor Regional, publicada no DEJT e disponibilizada na página do Tribunal na internet.